



APDSI RESPONDE A CONSULTA PÚBLICA SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

As principais recomendações centraram-se na Transição Digital, para além de recomendações sobre a Resiliência e a Transição Climática

Lisboa, 05 de março de 2021 – A APDSI enviou contributos sobre o Plano de Recuperação e Resiliência que esteve em consulta pública até ao dia 1 de março, centrando as suas principais recomendações no âmbito da Transição Digital, para além de recomendações sobre a Resiliência e a Transição Climática.

A APDSI, Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, enquanto entidade relevante e representativa da sociedade civil no âmbito da transformação digital e dos seus impactos mais relevantes no futuro da sociedade portuguesa, **dinamizou junto de alguns dos seus associados um processo colaborativo de criação de recomendações**, seguindo a estrutura do projeto do **Plano de Recuperação e Resiliência** que esteve em consulta pública até ao dia 1 de março de 2021, dando particular ênfase à área da **Transição Digital**, mas não deixando de abranger as restantes áreas da **Resiliência** e da **Transição Climática**.

As recomendações gerais da APDSI, nesta consulta pública para além das recomendações específicas para cada dimensão do plano, que encontrará no parecer emitido, são as seguintes:

- Criação e divulgação ampla de um Portal específico onde possam ser consultados o diagnóstico das necessidades, os desafios e todas as fases de implementação, com indicadores de execução, pelos eixos estratégicos definidos no documento PRR, incluindo entidades que recebem os benefícios e o resultado concreto do projeto financiado;
- Elaboração de um estudo de impacto na economia - KPI's económicos e financeiros e qual a "marca Portugal" para a próxima década;
- Indicação de quais os Bloqueios Estruturais que existem e que levam a adoção das medidas, programas e ação, que supostamente são suportadas pelo plano;
- Quantificação dos défices estruturais e respetivas comparações com o que se pretende atingir com as várias medidas do PRR, uma vez que os défices indicados, de competitividade económica e de qualificações, só por si não justificam a desigualdade social e territorial, ignorando-se que as medidas a adotar possam vir a reduzir estas desigualdades;
- Definição de objetivos económicos, macro, micro, de poupança, de racionalidade, de ganho de eficiência, de melhoria de oferta, de ganho de informação, etc.
- Elaboração de um planeamento rigoroso para a execução do PRR, que pressuponha um conjunto de prioridades e de ações, encadeadas no tempo e eventualmente no espaço, com validação de resultados, que se condicionam às etapas seguintes, subordinado a um calendário rigoroso e transparente;
- Indicação das entidades responsáveis pela implementação de cada componente e uma matriz de responsabilidades e *stakeholders* envolvidos em cada iniciativa;
- Indicação dos resultados e o impacto esperado (*outputs* e *outcomes*) na vida dos cidadãos e no ambiente de negócios das empresas;
- Indicação do retorno dos investimentos propostos;
- Indicação dos TCO (*Total Cost of Ownership*), nomeadamente os custos de funcionamento que vai ser necessário incluir nos orçamentos futuros;
- Clarificação das relações e a interligação deste PRR com o atual e o próximo quadro comunitário e os vários modelos de financiamento das despesas previstas nos “envelopes financeiros” do PRR com as verbas com elas relacionadas, inscritas ou a

inscrever no Orçamento Geral do Estado, Plano Nacional de Investimentos e outras fontes de financiamento nacionais e comunitárias;

- Que os financiamentos no âmbito do PRR permitam modelos de investimento "OPEX" vs "Capex" para que soluções inovadoras e modelos de prestação de serviços possam ser considerados para as entidades públicas;
- Realização de uma consulta pública às várias regiões do país, dado que Portugal é um país de assimetrias acentuadas e cada região deveria ser olhada de *per si* e identificados os mecanismos para o seu desenvolvimento e recuperação;
- Implementação de um “Plano Nacional para a Literacia Digital”;
- Promoção do uso de modelos de avaliação, a criação de incentivos e de mecanismos de regulação, para a adoção de práticas seguras e éticas;
- Realização de uma estimativa sobre de que forma o cumprimento dos objetivos a alcançar com a aplicação das medidas de PRR contribuirá para o cumprimento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), a nível nacional.

Para a prossecução da sua missão, a APDSI continua a constituir uma **capacidade de intervenção independente** e uma **plataforma de debate agregadora** para o desenvolvimento da sociedade da informação, nomeadamente contribuindo na **formulação de políticas públicas** e criando **espaços de debate e colaboração** entre os seus associados, instituições públicas parceiras e rede de especialistas.

Consulte o documento de contributos aqui.

Patrocinadores Globais da APDSI

 accenture

 aws

 Google

Para mais informações, por favor, contactar:

Bruna Martins | APDSI

m: 925002121

e: secretariado@apdsi.pt

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e societárias, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.